



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



Jornalismo Público: possibilidades e limites de atuação em uma rádio educativa

TACYANA ARCE

Centro Universitário de Belo Horizonte e Rádio UFMG Educativa da Universidade Federal de Minas Gerais

~ tacyana@ufmg.br

Resumo:

O jornalismo público ou cívico, surgido nos Estados Unidos no fim dos anos 80, ainda é praticado no Brasil de maneira pontual. Conforme Merritt (1995), ele se caracteriza por ir além da missão de dar notícias, assumindo a idéia de participante justo; concebendo o público como ator social na vida democrática; incentivando a participação dos cidadãos das diferentes instâncias da vida em sociedade. Dessa forma, esse tipo de jornalismo se mostra mais comprometido com a revitalização da vida pública e volta seu foco para a prestação de serviços para a comunidade e para a divulgação de informações que colaborem para a formação crítica dos sujeitos. Além de ser pouco praticado na mídia de uma maneira em geral, ele também é pouco explorado nos estudos acadêmicos, não existindo sequer uma sistematização teórica sobre quais sejam suas bases, seus processos e suas técnicas. Assim, coloca-se um problema para os veículos de comunicação que tencionam traçar sua linha editorial em consonância com esse preceito. É o desafio que vive atualmente o Núcleo de Jornalismo da Rádio UFMG Educativa, veículo pertencente à Universidade Federal de Minas Gerais, que trabalha com a formação de novos jornalistas. Este artigo apresenta assim os desafios encontrados e a forma como eles têm sido enfrentados naquele veículo.

Palavras-chave:

Jornalismo, jornalismo público, critérios de noticiabilidade, rotinas de produção.

Para início de conversa...

Este artigo é uma primeira apresentação das discussões acerca dos limites e potencialidades para a atuação no chamado jornalismo público recentemente iniciadas no âmbito do Núcleo de Jornalismo da UFMG Educativa 104,5 FM – A Estação do Conhecimento, uma rádio pertencente à Universidade Federal de Minas Gerais, inaugurada em setembro de 2005¹. Tais discussões vieram à

¹ A UFMG Educativa, 104,5 FM – A Estação do Conhecimento é um canal educativo, concedido pelo Ministério das Comunicações do Brasil à Radiobrás e transferido para operação da Universidade Federal de Minas Gerais. Inaugurada em 6 de setembro de 2005, a rádio tem um alcance que abrange as cidades de Belo Horizonte e Contagem, com potencial para atingir uma população de 3 milhões de pessoas. A comunidade interna é formada por 37 mil alunos, 2 mil professores e 4 mil funcionários. Também é possível acessar a rádio via internet, pelo portal da UFMG (www.ufmg.br/online/radio). Em fevereiro de 2007, no âmbito do Núcleo de Jornalismo da emissora, formou-se um Grupo de Estudos que pretende observar e sistematizar de que maneira um veículo de comunicação radiofônico realiza o jornalismo público e quais os principais pontos que devem ser melhorados e mantidos em relação à cobertura dos temas que fazem parte do escopo desse tipo de

tona diante da dificuldade de se definir, no calor de uma redação com cerca de 20 produtores trabalhando no ritmo frenético do radiojornalismo, quais seriam condutas condizentes com um tipo de jornalismo que se pretende mais aprofundado e crítico, um jornalismo que ofereça ao cidadão informações que possibilitem a ele o exercício da cidadania, colaborando assim para a revitalização do espaço público.

Tais discussões consideram as rotinas de produção da UFMG Educativa, suas escolhas editoriais o enquadramento da cobertura, a diversidade de temas da pauta e a pluralidade de fontes na produção jornalística diária, entre outros fatores que determinam a qualidade da cobertura. Busca-se observar se há, ou se deveria haver, diferenças marcantes na prática profissional na UFMG Educativa em comparação com a cultura consolidada na grande imprensa. Por conseguinte, procura-se observar se tal diferenciação na forma de atuação se traduz em um jornalismo também diferenciado, ou no jornalismo público.

A opção da UFMG Educativa por esse tipo de jornalismo foi tomada antes mesmo da consolidação de seu Núcleo de Jornalismo, a partir da realização de um seminário² que contou com a participação de cerca de 50 assessores de comunicação dos diferentes departamentos e escolas da universidade, além dos jornalistas integrantes do Centro de Divulgação e Comunicação (Cedecom) da Diretoria de Comunicação da UFMG, à qual a rádio está vinculada. Tal seminário, realizado para apresentar à universidade a nova emissora, e dividir com a comunidade acadêmica a definição das linhas gerais de sua linha editorial, resultou na orientação de que a emissora deveria buscar como parâmetro o chamado jornalismo público, objetivando distanciar-se da superficialidade e espetacularização que têm marcado o chamado jornalismo da grande imprensa no Brasil e priorizando a divulgação de informações de interesse público.

Entretanto, ressalta-se que tal seminário não resultou na sistematização da forma de atuação do Núcleo de Jornalismo, mas apenas nas linhas gerais de sua linha editorial. Considerou-se à época que não se poderia definir a forma de atuação de um núcleo que sequer tinha seu corpo de profissionais fechado, nem mesmo sua capacidade estrutural definida, muito menos seus produtos jornalísticos desenhados. Mas ao aproximar-nos do segundo ano de atuação da UFMG Educativa, consideramos que já há elementos que permitam as considerações aqui propostas acerca dos limites e potencialidades para atuação no jornalismo público.

Mas afinal, todo o jornalismo não é público?

A pergunta não é inédita. Quase todos os que discutem o tema (Traquina, 2001; Silva, 2002, 2003; Pena, 2005) concordam que o termo jornalismo público pode parecer inadequado ou mesmo redundante, considerando-se que todo jornalismo tem natureza pública. Silva (2002) chega a chamar a atenção para o “inconveniente tautológico” da definição. Mesmo assim, ele prefere tal expressão a outra também utilizada para designar esse tipo diferenciado de jornalismo: jornalismo cívico, tradução mais literal da expressão americana *civic journalism*, que, aliás, como se verá à frente, inaugura esse tipo de discussão.

jornalismo (temas como saúde, educação, previdência, segurança pública, entre outros). Pretende-se que as pesquisas nesse grupo dêem origem a um manual de redação que mais do que normas e estilo da emissora represente os princípios e a linha editorial da rádio. Um segundo objetivo é estabelecer na redação da emissora um debate permanente a respeito do jornalismo produzido na rádio UFMG Educativa, a fim de propiciar um ambiente permeável à troca de idéias acerca das rotinas de produção e das possibilidades do fazer jornalístico.

² O seminário A UFMG Educativa foi realizado em abril de 2005 com o objetivo de traçar as linhas gerais de atuação da emissora. Para o seminário foram convidados todos os assessores de comunicação e jornalistas dos diferentes departamentos, faculdades e escolas da Universidade. Além de palestras e conferências, foram realizados também grupos de trabalho que se concentraram em três focos: programação musical, produção e jornalismo.

Genericamente, o jornalismo se caracteriza por ser uma forma de conhecimento baseada na circulação e na interpretação de fatos e informações que dizem respeito à vida social de maneira ampla e heterogênea (abrange diferentes públicos, de diferentes idades, de condições socioeconômicas distintas, temporal e espacialmente distantes). Como toda forma de produção, o jornalismo conta com profissionais que são responsáveis pela mediação feita entre o acontecimento e os públicos interessados no tipo de informação posta em circulação. De acordo com França (1998), a construção do jornalismo ocorreu por meio de um processo de autonomização e de diferenciação que marcam a especificidade do discurso jornalístico.

O primeiro dos três tipos de distinção pontuados pela autora é a institucionalização da prática jornalística, que deixa de ser o dizer do senso comum para buscar se referenciar num lugar próprio, marcado por uma prática especializada. O segundo ponto é o ganho de destaque frente a outras instituições, tais como igreja ou universidade. “No seio dessas instituições, a posse da informação e das regras complexas de sua utilização se exprime em relações de poder e dominação. No jornalismo, ao contrário, o poder não se encontra na guarda da informação, mas na sua divulgação” (França, 1998: 28). O terceiro ponto que confere distinção ao jornalismo se refere ao próprio discurso jornalístico, que se desprende de suas circunstâncias de enunciação. Esse tipo de discurso se caracteriza por se distanciar do sujeito enunciador para se materializar como algo impessoal. “O locutor desaparece em seu próprio enunciado, que lhe é totalmente exterior, através de um dizer impessoal. Subtraindo-se da ação contada, o locutor se identifica com um segundo observador – o leitor” (França, 1998: 29).

Dessa maneira, o jornalismo constitui uma maneira específica de dizer; cria uma dinâmica singular de circulação de informações na sociedade e molda as características de seu produto, a informação. Esta, por sua vez, se identifica por conter elementos como a objetividade, a singularidade e a atualidade, fatores importantes para a construção da narrativa jornalística e para legitimar seu modo de dizer sobre o mundo.

Tais fatores, entretanto, considerados como as noções tradicionais do jornalismo, têm sido desafiados atualmente pela noção de jornalismo público, ou jornalismo cívico³. Nascida nos Estados Unidos, no final da década de 80, tal prática tem o objetivo de promover a re-ligação dos jornalistas com suas comunidades, de forma que eles envolvam seus cidadãos em diálogos que levem à resolução de problemas (Fouhy, 1996). Segundo Eksterowicz et al (2000), “este movimento procura atingir o âmago dos princípios mais tradicionais do jornalismo, que enfatizam os conceitos de “objetividade” e de “equidade”. As preocupações dos cidadãos tendem assim a tornar-se também as principais preocupações dos jornalistas e a orientar seu trabalho” (Eksterowicz et al, 2000:152).

Na definição de Merritt (1995), o *civic journalism* vai além: assume a idéia de participante justo; concebe o público como ator social na vida democrática; incentiva a participação dos cidadãos nas discussões da sociedade. Dessa forma, esse tipo de jornalismo se mostra mais comprometido com a revitalização da vida pública e volta seu foco para a prestação de serviços para a comunidade e para a divulgação de informações que colaborem para a formação crítica dos sujeitos.

Entretanto, a prática desse tipo de jornalismo ainda é incipiente no Brasil. Na verdade, Silva (2003) argumenta que enquanto nos Estados Unidos o fenômeno do *civic journalism* se caracterizou

³ Jornalismo público (Silva 2002, 2003), jornalismo cívico (Traquina, 2001) e até mesmo jornalismo de resistência (Pena, 2005) são termos utilizados na literatura brasileira para designar esse tipo de jornalismo. Traquina (2001) defende a expressão “jornalismo cívico” em função da centralidade do termo cidadão. Já Silva (2002) avalia que tal expressão tem uma conotação muito específica, mais afeita ao campo do patriotismo e dos símbolos nacionais. Ele acrescenta que o termo “jornalismo cidadão” também poderia ser uma “boa maneira de transpor o conceito, mas ainda incompleta, pois a relação entre mídia e cidadania não tem dependido apenas da comunidade, mas, sobretudo de empresas e organizações” (disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd290520023.htm>). Por essas restrições o ator adota o termo jornalismo público. Concordamos com o autor que tal expressão é a que melhor denota esse novo jornalismo comprometido com a revitalização da vida pública, e, portanto ela será usada sempre neste artigo.

mais como um movimento e ficou restrito à opção de alguns veículos de comunicação de massa, geralmente de menor porte, sendo até mesmo rejeitado por veículos tradicionais, no Brasil, não houve uma adesão estrita ao gênero, mas também não houve rejeição. Silva (2003) destaca, entretanto, que o fato de os meios de comunicação brasileiros, de maneira geral, não se declararem praticantes do jornalismo público deve-se tanto ao desconhecimento dessa categoria como campo específico, como também à inexistência de algo programático, que faça parte das suas políticas editoriais.

A TV Cultura talvez seja a única emissora brasileira a ter um guia de princípios que explicita sua opção pelo jornalismo público, diferenciando-o, inclusive, do chamado jornalismo comunitário. Como destaca Silva:

Segundo o diretor de jornalismo da emissora, Marco Antônio Coelho filho, enquanto o jornalismo comunitário mostra o problema e cobra soluções, o jornalismo público mostra como os problemas podem ser tratados pelas políticas públicas: “Em vez de fazer uma matéria sobre um buraco de rua e ir atrás da autoridade para que ela solucione aquele problema, podemos retratar como funciona a política que determina a colocação de asfalto nos bairros”, exemplifica (Silva, 2003:396).

No formato radiofônico, não temos conhecimento de uma iniciativa auto-declarada de jornalismo público. Nem mesmo a Radiobrás, empresa pública de comunicação do Governo Federal, que opera seis emissoras de rádio em todo o País⁴, reconhece-se enquanto adepta do jornalismo público, embora suas linha de atuação e suas diretrizes, definida em seu Manual de Jornalismo lançado em 2006, apontem para tal opção.

Na UFMG Educativa, como dito anteriormente, a programação de caráter informativo se embasa nos princípios do jornalismo público, privilegiando temas sociais e a prestação de serviços. Mas se a definição da linha editorial é explícita, sua execução tem sido dificultada pela inexistência de um ordenamento técnico das rotinas de produção que possam conduzir a esse tipo de jornalismo. A fragilidade na atuação também é reforçada pelo fato de a UFMG Educativa funcionar como rádio-escola, onde atuam como repórteres cerca de 15 estudantes, sob a orientação de quatro profissionais. Assim torna-se necessário ensinar a prática do jornalismo público a produtores que ainda estão aprendendo a transformar acontecimentos em notícia e a lidar com os desafios cotidianos da produção jornalística, como a premência do tempo, a eterna insuficiência de espaço para o que se imagina ser a matéria ideal, as particularidades da linguagem jornalística (e mais ainda a clareza e simplicidade da linguagem radiofônica). Características que tornam mais premente a necessidade de se tentar explicitar as práticas, técnicas e rotinas que embasam o jornalismo público.

Novo jornalismo, velhas rotinas?

Numa visão já consolidada junto à sociedade, os meios de comunicação são aqueles que auxiliam no fortalecimento da democracia na medida em que dão visibilidade aos fatos sociais e permitem que, munidos de informações e considerações a respeito delas, os cidadãos se orientem na sociedade e atuem de maneira mais consciente e aberta ao conhecimento das razões do outro e ao debate de idéias. A imprensa, particularmente, é vista pelos sujeitos como um agente fiscalizador das ações dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), de maneira a denunciar atuações que

⁴ A Radiobrás comanda atualmente nove emissoras e duas agências de notícias de grande porte. São seis estações de rádio (Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Rádio Nacional AM de Brasília, Rádio Nacional FM de Brasília, Rádio Nacional da Amazônia, Rádio Justiça e Rádio Ondas Médias de Tabatinga). As três emissoras de TV são a TV Nacional, a NBr e a TV Brasil – Integración. As agências de notícia são a Agência Brasil e a Radioagência Nacional. Esclarece-se que a UFMG Educativa, embora sendo um canal pertencente à Radiobrás, é inteiramente administrada pela UFMG, não constituindo, portanto, uma operação a cargo da Radiobrás, que apenas ocupa três horas diárias da programação da rádio.

não correspondam ao exercício do cargo público e cobrar ações que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos. Por meio de reportagens, notas, entrevistas e imagens, a mídia pode atuar no sentido de colaborar para o incremento do acesso a informações que fortaleçam a noção de participação dos indivíduos na sociedade e nos assuntos para os quais são sensibilizados e mobilizados a participar ou tomar decisões.

Contudo, no mundo inteiro, tal concepção tem sido abalada. A imprensa passou por um momento de crise que tirou em grande medida a credibilidade conquistada pelos veículos de comunicação junto aos públicos e alterou a relação entre esses interlocutores. Um momento de intensa perda de credibilidade foi observado, por exemplo, na imprensa norte-americana durante as eleições de 1988, quando a população ficou insatisfeita com a cobertura jornalística da campanha presidencial daquele ano. A publicidade negativa e a falta de informações que fizessem diferença para os cidadãos escolherem seus candidatos levaram à necessidade de uma nova forma de se produzir jornalismo, de maneira que os sujeitos tivessem acesso a informações que de fato tivessem impacto na vida cotidiana.

Assim, emergiu o chamado jornalismo público, essencialmente conectado às necessidades das comunidades e focado na abordagem jornalística de questões como segurança pública, saúde, educação e previdência social. O jornalismo público é a disponibilidade para “quebrar com velhas rotinas, um desejo de ‘estar ligado de novo com os cidadãos e as suas preocupações, uma ênfase na discussão séria como atividade principal na política democrática, e um foco nos cidadãos como atores do drama público em vez de espectadores” (Rosen apud Traquina, 2001: 180).

O autor não é o único a apontar a necessidade de se questionar as tradicionais práticas jornalísticas, as velhas rotinas. Merritt (1995) defende a “redefinição do jornalismo”, questionando um conceito central e caro à cultura profissional: a objetividade. Na avaliação do autor, esse conceito provoca a valorização do afastamento entre jornalistas e sociedade, o que acentua uma cegueira “acerca de coisas específicas, uma incapacidade instruída para compreender uma parte do nosso ambiente e as pessoas envolvidas nele” (Merritt apud Traquina, 2001:178).

Pena (2005) elenca, com base nas argumentações de Rosen (1994), Merritt (1995) e Traquina (2001), as rupturas exigidas para o exercício do jornalismo público:

o jornalismo deve ser uma força de revitalização da vida pública;
o jornalismo deve redefinir seus valores e aproximá-los da comunidade;
a objetividade é o primeiro conceito a ser abatido, pois conduz os jornalistas a enquadramentos viciados;
deve-se evitar o excessivo negativismo e concentrar-se em uma agenda propositiva;
a missão de dar as notícias deve ser substituída por outra: ajudar a melhorar a vida pública;
o jornalista deixa de ser observador desprendido e assume o papel de participante justo;
o público não deve ser concebido como consumidor, mas como cidadão;
o próprio jornalista é um ator político;
as velhas rotinas devem ser quebradas (Pena, 2005: 171)

Mas o problema que se coloca é: o que, na prática, significa “quebrar velhas rotinas”? Isso implicaria romper com valores que sustentam a prática jornalística moderna, como objetividade, universalidade, atualidade? Requer alterações nas rotinas de produção estabelecidas no jornalismo da grande imprensa? Interfere na cultura profissional tacitamente consolidada? Significa adoção de novos valores-notícia (o homem que morde o cão deixa de ser notícia?)?

Perguntas que muitas vezes assaltam editores e repórteres do jornalismo público e para as quais diferentes autores ainda buscam respostas. Pena (2005) afirma que a prática do jornalismo

público na grande imprensa, ou melhor, nas empresas de comunicação que obedecem uma lógica comercial, segue nove pressupostos⁵:

O jornalismo realiza autocrítica antes e depois da reportagem, procurando enxergar preconceitos, estereótipos e limitações;
Busca o elemento novo e as possibilidades de inversão do eixo na abordagem da matéria;
Trabalha com a objetividade, mas insere opiniões de setores representativos da comunidade, evitando ressaltar os definidores primários, como autoridades e experts;
Enxerga a matéria sobre a ótica de serviço que ela presta à comunidade e não pelo valor de mercado, embora trabalhe para convencer a chefia de que uma coisa corresponde à outra;
Utiliza a linguagem com sutileza e precisão, procurando as entrelinhas e os discursos não verbais como estratégias de resistência;
Pauta suas entrevistas com perguntas que privilegiem as demandas da comunidade, procurando dar um tratamento que as tornem interessantes até para os indivíduos que não fazem parte dela;
Negocia constantemente com seus pares e chefes no sentido de mudar a cultura profissional e produzir novos valores para determinar o que é ou não é notícia;
Propõe pautas relacionadas a uma agenda positiva para as questões sociais, com a preocupação de manter o interesse do grande público;
Não é mais o observador neutro. Envolve-se com a reportagem e procura seu foco social, através da aplicação dos itens anteriores (Pena, 2005: 172)

É interessante observar que já no terceiro pressuposto Pena (2005) destaca o valor da objetividade. Essa parece ser uma concordância entre os autores aqui pesquisados. Embora demonstrem preocupação com os efeitos que a supervalorização da objetividade produz sobre o jornalismo - em relação ao “descolamento” do jornalismo (ou do jornalista) da sua base, que é a sociedade (Silva, 2002), e também em termos de fragmentação da complexidade da vida pública em pequenas estórias desconexas – esses autores também destacam que a busca pelo jornalismo público não significa atirar no lixo as bases tradicionais do jornalismo, especialmente o balizamento da prática profissional pela objetividade. Rosen (1993) destaca:

Com todos os seus defeitos ele (o conceito de objetividade) ainda exprime valores profundamente acreditados e legítimos: a noção de uma verdade desinteressada, o desejo de separar o fazer jornalismo do fazendo política, a tentativa disciplinada de reprimir inclinações pessoais, utilizando a perspectiva de outra pessoa para encarar coisas. São valores importantes para nós todos, e em particular para jornalistas (Rosen apud Traquina, 2001: 182).

Até Merritt, que defende ferrenhamente o abandono do conceito de objetividade em função do afastamento que ele provoca entre jornalismo e sociedade adota um tom mais moderado quando trata do “novo conjunto de instrumentos de trabalho” exigidos para o jornalismo público. A análise é de Traquina (2001):

Apesar do tom revolucionário em diversos momentos do seu livro-manifesto, Merritt acaba por condicionar a natureza radical da sua proposta: 1) sublinha que grande parte das atuais práticas jornalísticas não precisa ser abandonada (1995:5), escreve que historicamente o papel de cão de guarda tem servido bem ao jornalismo e à democracia (1995:21); defende que o objetivo tradicional do jornalismo – dar as notícias (“telling the news”) – não deve ser abandonado (1995: 114); alerta que a adoção da perspectiva do “participante justo” no lugar do “observador

⁵ Pena não se refere especificamente ao jornalismo público. Na verdade ele trabalha o conceito de jornalismo de resistência, que, segundo ele, “consiste na aplicação prática de preceitos ligados à função social da profissão” (PENA, 2005:170). O autor avalia que “jornalistas de resistência” podem atuar dentro dos mega-conglomerados de mídia, adaptando práticas jornalísticas que os sustentam. Ou optar por veículos alternativos, como os mantidos por organizações não-governamentais e sindicatos. Apesar de aparentemente o autor estar tratando de um outro jornalismo, sua forma de abordagem coincide com o que consideramos ser jornalismo público, motivo pelo qual trabalhamos com seus preceitos.

despreendido”, que Merritt associa ao conceito de objetividade, não implica um envolvimento direto nos acontecimentos públicos (1995:116) (Traquina, 2001:179).

A mesma linha de considerações é adotada pelo Guia de Princípios da TV Cultura que, como dito anteriormente, talvez tenha sido a única emissora brasileira a declarar sua opção pelo jornalismo público. O Guia, elaborado em 2004, se dispõe a formalizar a essência conceitual do jornalismo público e a partir daí estabelecer algumas condutas e rotinas para os profissionais da emissora. Para chegar ao seu desenho sobre o que seja o jornalismo público, tece considerações sobre o que chama de bases do jornalismo moderno, um sistema fechado construído sobre os conceitos de objetividade, atualidade, universalidade e velocidade/instantaneidade

Embora dedique parte das suas considerações a destacar os problemas provocados pela supervalorização dessas bases, o Guia de Princípios da TV Cultura não as nega. A respeito da objetividade, por exemplo, o texto avalia que “a despeito das limitações, a objetividade legitima o jornalismo como agente difusor isento e o credencia a ocupar papel privilegiado no fluxo das interações sociais”. Em relação à atualidade, alerta que “transformar em notícia apenas fatos que promovam rupturas visíveis ou tragam algum tipo de novidade equivale a olhar a vida como uma série ininterrupta de sobressaltos”, mas pondera que “não se trata aqui, é bom esclarecer, de subtrair do jornalismo sua função preferencial de pôr em dia a produção do gênero humano e os humores do planeta, e assim conectar os indivíduos a esses eventos”.

A universalidade é defendida porque “essa disposição permite ao receptor fundamentar opiniões, ajuizar críticas, aumentar o repertório e cultivar uma visão da vida que não se restrinja a seus interesses pessoais”. Apenas a supervalorização da velocidade não parece ter algum aspecto defensável para a TV Cultura, cujo Guia de Princípios destaca que “ao se impor a velocidade ao conjunto de critérios clássicos daquilo que é notícia, flexibiliza-se o conceito de relevância até sua descaracterização. O material informativo passa a chegar ao público simplesmente porque foi processado a contento, segundo as prefigurações da produção”.

Portanto, pode-se concluir que os autores apontam a necessidade de se repensar o jornalismo e suas práticas, mas não defendem o abandono das velhas rotinas. Como bem destaca Traquina, “o jornalismo cívico tem o potencial para renovar o jornalismo se não pretender ser uma ruptura com o seu capital já acumulado” (TRAQUINA, 2001: 184).

O jornalismo público na UFMG educativa

“A grande virada consistiria, portanto, na mudança de uma imprensa que diz ‘o meu papel social termina com a publicação das notícias’ para uma que pudesse dizer ‘o meu papel social começa na compreensão da gênese dos fatos’” (Silva, 2001:67).

Julho de 2006. A Universidade Federal de Minas Gerais sedia o “Encontro Nacional de Saúde Mental – A Reforma Psiquiátrica que queremos: por uma clínica antimanicomial”. Mais de 1,2 mil profissionais e pesquisadores de Psicologia, Medicina e demais áreas de saúde de todo o país discutem a mudança gradativa do paradigma da assistência em Saúde Mental no Brasil, que nos últimos 15 anos passou de um modelo centrado no hospital psiquiátrico e na segregação do portador de sofrimento mental para um modelo que leva em conta o respeito à cidadania e a inclusão social deste. Modelo que ainda precisa ser aprimorado e que encontra todo tipo de barreira, desde a falta de investimentos públicos no novo tipo de assistência até a resistência de uma sociedade acostumada a esconder os seus loucos.

Para evitar uma cobertura burocratizada, superficial, ou mesmo estigmatizada do evento, o Núcleo de Jornalismo da UFMG Educativa opta por não limitar a sua produção jornalística ao acompanhamento, dia a dia, das mesas redondas, painéis e seminários que compõem o Encontro.

Não que isso tenha sido descartado. A idéia é que durante o evento a rádio produza uma cobertura factual e ágil, incluindo flashes de hora em hora durante o informativo *Circuito UFMG*, que é mais destinado à cobertura instantânea dos últimos acontecimentos. Mas para garantir um trabalho de maior profundidade, quinze dias antes da abertura do evento, uma repórter é designada para produzir uma série de reportagens especiais sobre a vida do louco em sociedade. O material é veiculado na semana em que acontece o evento, no *Jornal UFMG*, carro-chefe do jornalismo.

Apontamos aqui a cobertura oferecida ao tema Saúde Mental neste período como exemplo de como o jornalismo público tem sido praticado na UFMG Educativa. E mesmo conscientes de que possa parecer reducionismo tentar analisar a atuação jornalística da rádio a partir de uma única cobertura, tomaremos esse caso como parâmetro uma vez que identificamos nele todos os avanços e limitações, em termos de rotinas de produção, critérios de noticiabilidade e decisões editoriais, da prática do jornalismo público na emissora.

Os produtos informativos da UFMG Educativa e a opção pelo jornalismo público

O desenho dos produtos jornalísticos da UFMG Educativa não é diferente dos usualmente encontrados na maioria das rádios que mesclam programação musical, programas educativos e jornalismo, como é o caso da emissora aqui analisada. O carro chefe do jornalismo é o *Jornal UFMG*, que vai ao ar diariamente, das 12h30 às 13h. A rádio mantém também o informativo *UFMG Notícias*, ao ar das 6h50 às 7h, e o informativo de hora-cheia chamado *Circuito UFMG*. A diferenciação está na sua linha editorial, que a emissora define assim:

Para atender ao seu princípio de promoção da diversidade, a programação da UFMG Educativa busca a pluralidade, mantendo-se apartidária e impessoal. Valoriza a multiplicidade de vozes e opiniões, no atendimento do interesse público. Os programas não têm caráter de promoção pessoal ou corporativa e devem atender aos interesses da sociedade, e não de setores específicos.

Os três produtos jornalísticos são complementares. O *UFMG Notícias – Informação e serviço para o seu dia* oferece ao ouvinte um panorama dos principais eventos do dia, com destaque para temas relacionados a políticas públicas e sociedade civil organizada. A pauta de votações do legislativo estadual e legislativo da capital, manifestações, campanhas, ações de cidadania são usualmente apresentadas neste informativo.

O *Circuito UFMG*, um informativo com duração de quatro a cinco minutos veiculado a cada hora, é o produto que mais aproxima o jornalismo praticado na UFMG Educativa do jornalismo tradicional. Tal aproximação é intencional por pelos menos dois motivos. O primeiro, como já destacaram os autores citados, é que o jornalismo público não deve significar ruptura total com o saber-fazer jornalístico já acumulado. E neste sentido, é importante reconhecer que uma das características que mantém o prestígio do veículo rádio é sua velocidade e instantaneidade, ainda mais valorizadas pelo ouvinte em tempos de aceleração do consumo da informação. Portanto, é importante oferecer a esse ouvinte a atualização, “as últimas notícias”, que ele espera.

O segundo motivo tem a ver com o fato de a UFMG Educativa funcionar como uma rádio-escola, por onde passaram, da inauguração em 6 de setembro de 2005 até julho de 2007, pouco mais de 40 estudantes de jornalismo. O Núcleo de Jornalismo é composto por quatro profissionais responsáveis pela orientação de 15 estudantes⁶. Como rádio-escola é importante que a UFMG Educativa ofereça a seus aprendizes a possibilidade de eles atuarem em um ritmo de produção

⁶ O estágio na rádio é oferecido a estudantes de todas as escolas de comunicação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e não apenas da UFMG. O estágio é de 20 horas semanais, em jornadas de aprendizado de quatro horas por dia, durante um período mínimo de seis meses e máximo de 18 meses.

próximo ao que será exigido deles no mercado de trabalho. É importante também que os jovens, com idades entre 18 e 22 anos, se deparem com as dificuldades e as armadilhas impostas pela premência do tempo, e aprendam a lidar com essa pressão no exercício de um jornalismo, ainda assim, de qualidade.

Embora todos os produtos jornalísticos da emissora estejam orientados para o que o consideramos ser jornalismo público, e concordando com Silva (2002) em relação à análise de que o jornalismo público não deve configurar especialização jornalística ou editoria específica, mas sim entranhar-se na linha editorial do veículo, ainda assim precisamos reconhecer que o *Jornal UFMG* talvez seja o momento em que ele mais se manifeste na rádio UFMG Educativa.

O *Jornal UFMG* é um noticioso com meia-hora de duração veiculado de segunda a sexta-feira. A cada edição trata, em média, de 12 temas: seis em reportagens com 1 minuto e 40 segundos de duração, e seis outros abordados em notas. As notas conferem agilidade e ajudam a aliviar a apresentação do jornal, que tende a ser um pouco pesado, em função do tamanho das reportagens, dos temas abordados e do tratamento dado a eles.

O jornal tenta estabelecer um panorama dos principais assuntos do dia, portanto passa por editorias usuais de outros veículos de comunicação (política, economia, urbanismo, internacional, saúde, educação, cultura etc). A diferenciação está no tratamento dos assuntos e no recorte das pautas. Prefere-se a abordagem de como determinado programa de governo afeta diretamente a vida do cidadão à especulação sobre que partido político teve mais força e ganha mais com a aprovação deste programa (sempre quando essas especulações não paralisam o andamento do programa e, portanto, prejudicam o cidadão, quando nosso foco se reestabelece). Prefere-se investigar a fundo os problemas do sistema de gestão da saúde pública que apenas ficar alardeando a ocorrência de filas na madrugada para se conseguir uma marcação de consulta.

Além da opção pelo jornalismo mais crítico, há outra explicação para o fato de o *Jornal UFMG* optar pelo formato de reportagens. É que, como já exposto acima, a missão de informar da rádio não está desvinculada da sua missão de formar novos profissionais. O objetivo é que os aprendizes da UFMG Educativa possam atuar em qualquer veículo de comunicação, daí a preocupação em dar a eles a oportunidade de exercer o jornalismo investigativo e preparar reportagens de maior fôlego, ainda que muitas vezes elas se aproximem mais de outros formatos eletrônicos, como televisão e web, ou até mesmo do texto impresso.

Pelo menos uma vez por mês, geralmente na primeira semana cheia, veicula-se no *Jornal UFMG* uma série de reportagens especiais que se diferenciam das demais pelo tratamento editorial e também estético. É quando a capacidade de investigar, o dever de criticar e a habilidade para colocar em pauta assuntos de interesse público são mais testados. Desde a sua inauguração já foram feitas mais de 20 séries, dos mais variados assuntos, o que nos leva a reafirmar que o jornalismo público não se limita a áreas específicas, como geralmente se acredita. De esportes a lazer e divertimento, de tradições culturais a economia, de financiamento público da educação à derrocada do sistema de saúde, uma variedade de temas foi tratada à luz dos preceitos do jornalismo público.

A pressa é inimiga da loucura?

Voltemos à análise da cobertura sobre o “Encontro Nacional de Saúde Mental – A Reforma Psiquiátrica que queremos: por uma clínica antimanicomial”. O assunto mereceu uma série de cinco reportagens veiculada no *Jornal UFMG* (de 10/07 a 14/07), duas matérias veiculadas no *UFMG Notícias* (dias 12/07 e 14/07) e nove inserções distribuídas ao longo dos quatro dias de duração do evento (de 13/07 a 16/07) no *Circuito UFMG*.

A série de reportagens pode ser apontada como um bom exercício do Jornalismo Público. Desde a definição da pauta até a sua veiculação, todos os procedimentos apontam para o que Pena

(2005), Traquina (2001) e Silva (2002,2003) consideram ser novas práticas rumo a um jornalismo mais crítico e comprometido com o interesse público. Os temas abordados buscam fugir ao enquadramento tradicional oferecido ao tema. A discussão ainda é sobre a mudança no paradigma no tratamento da pessoa com sofrimento mental. Mas não se discute apenas a desospitalização, até porque a real inclusão do portador de sofrimento mental começa não com sua libertação dos “porões da loucura”, mas com sua inserção na sociedade. A série de reportagens começa daí. Ao longo de uma semana, o ouvinte vai acompanhando os desafios da reinserção social dos portadores de sofrimento mental. Quais são os empecilhos para o louco se posicionar no trabalho, nas relações familiares, na vida em sociedade, para descobrir ou viver o amor?

A maior parte dos especialistas participantes do evento são fontes qualificadas ouvidas pela série. Mas não são eles os protagonistas das matérias. Trabalhando com aquilo que Pena (2005) considera ser o “elemento novo e as possibilidades de inversão do eixo na abordagem da matéria”, destacando que o Jornalismo Público “trabalha com a objetividade, mas insere opiniões de setores representativos da comunidade, evitando ressaltar os definidores primários, como autoridades e experts” (Pena, 2005, p.172), a opção da reportagem é por dar voz aos portadores de sofrimento mental, em seguida aos seus familiares, amigos, colegas de trabalho e aos profissionais de saúde que lidam diretamente com eles nas clínicas.

Mas, concordando com Merritt (1995) que o Jornalismo Público não deve abandonar o seu papel de cão de guarda que tão bem tem servido ao jornalismo e à democracia, a série de reportagens não se eximiu de discutir como a falta de investimentos do poder público provocou uma perversidade na desospitalização, com reflexos inclusive sobre a opinião pública. As matérias também revelam que o fechamento de 60 mil leitos psiquiátricos não foi acompanhado dos sistemas de assistência previstos na mesma legislação que garantiu o fim dos hospitais. Com isso, principalmente familiares dos portadores de sofrimento mental colocaram-se contra a luta antimanicomial, alegando que tratava-se simplesmente de uma desresponsabilização do Estado, sem perceber a dimensão da dignidade humana.

Entretanto, o aprofundamento conseguido na série de reportagens veiculada no *Jornal UFMG* não se refletiu da mesma forma na cobertura feita pelo *Circuito UFMG*, o informativo de hora-cheia que pretende ser o espaço da cobertura ágil dos últimos acontecimentos. Ainda que se possa considerar que não é mesmo da natureza deste tipo de informativo o aprofundamento da informação, mas a sua instantaneidade e atualidade, mesmo assim torna-se necessário discutir a abordagem dada ao tema e os prováveis intervenientes que poderiam ter contribuído para a baixa qualidade, ou pouca diferenciação do jornalismo tradicional, da cobertura.

Pelo menos seis repórteres diferentes assinaram as nove inserções feitas para o Circuito UFMG. A maioria deles preparou o material como “complemento” da sua atividade do dia, enquanto trabalhava na apuração de outra matéria. Wolf (1987) já destacava que a precarização das redações, ocorrida principalmente a partir dos anos 80, afetou a qualidade do trabalho dos jornalistas, ocupados com um número maior de matérias do que são verdadeiramente capazes de fazer com qualidade. Os jornalistas então “elegem” aquela a qual vão se dedicar com mais afinco. No caso da UFMG Educativa, não se aplica a avaliação sobre a precarização do trabalho tendo em vista que a produção é feita com estudantes em formação, em número muito maior que o observado nas redações. Mas também se verifica que os estudantes, tendo outras matérias a desenvolver, trabalharam superficialmente no que consideraram ser um assunto secundário.

A pluralidade de fontes verificadas nas reportagens especiais não se manifesta na cobertura factual. Nesta, são os definidores primários (Hall et al, 1993), os experts, os únicos ouvidos. O imperativo do tempo pode ser a justificativa. Arce (2006) identificou que “as exigências das rotinas de produção levam os jornalistas a limitarem seu leque de fontes. O imperativo da “eficiência”, entendida

como a necessidade de concluir um produto informativo dentro de um prazo de tempo fixo e intransponível, e com meios limitados à disposição, é que costuma ditar qual será o uso da fonte pelo jornalista” (Arce 2006, p.69).

Talvez mais impressionante seja reconhecer que, mesmo o evento tendo acontecido no próprio campus Pampulha onde se localiza a rádio (algumas discussões ocorriam a menos de 50 metros da sede da redação da emissora), parte das inserções não foram produzidas a partir de apuração própria da UFMG Educativa, mas tratavam-se de reprodução de releases produzidos pela equipe de assessoria de comunicação da Universidade. Lima (1985) já chamou a atenção para a prática da “releasmania” na imprensa comercial brasileira, que - quer seja pela precarização das redações, seja pelas estratégias adotadas pelos interessados na divulgação da informação – têm infestado as redações e, verifica-se agora, também aquelas que pretendem se pautar por novas práticas.

Depois desta cobertura, o assunto saúde mental voltou à pauta do *Jornal UFMG* apenas quatro vezes em 12 meses, sempre provocado por algum evento oficial, como o Dia Nacional de Luta Antimanicomial, celebrado no Brasil em 18 de maio. Nas quatro vezes que voltou à pauta o assunto mereceu apenas um tratamento pontual, sem maior profundidade. Com isso, a cobertura da UFMG Educativa não se distingue muito da cobertura da imprensa em geral, para a qual o tema ainda é envolto de tabu, reduzido em sua complexidade ou celebrado apenas a partir de sua faceta mais exótica, companheiro de outros que recebem o mesmo tratamento, como o Dia do Índio, Dia da Inclusão Social, Dia de Afirmação do Orgulho Gay.

Se a UFMG Educativa orienta-se pelos princípios do jornalismo público, o que pode justificar a exclusão desse tema da pauta? Alguns aspectos precisam ser considerados. O primeiro deles diz respeito à própria complexidade e aridez do tema, que dificulta a sua abordagem a partir do veículo rádio. O sentimento é sempre de que o espaço disponível para reportagens, mesmo no *Jornal UFMG*, é pequeno demais para o tratamento adequado a uma matéria que aborde esse tema. Assim, para não incorrer no risco da redução, incorre-se na exclusão do tema da pauta.

O segundo aspecto, relacionado ao primeiro, diz respeito à habilidade dos estudantes para lidar com um tema tão complexo. De uma forma que pode ser encarada como positiva, os jovens se recusam a fazer uma matéria sobre o tema que tenha apenas como fonte especialistas no tema. Ao mesmo tempo, se sentem limitados e intimidados para abordar pessoas portadoras de sofrimento mental. Perguntas como “mas se eu falar com ele que ele é louco, ele não vai se sentir ofendido?”, ou dúvidas como “ele será capaz de compreender o que eu estou perguntando?”, ou questionamentos de ordem ideológica, como “não concordo em entrevistar uma pessoa que não tem consciência total de que está sendo entrevistada”, costumam ser intervenientes no exercício da reportagem.

Obviamente, não se pode dizer que por ter dedicado pouco tempo ao tema da reforma psiquiátrica a UFMG Educativa tenha deixado de exercer o Jornalismo Público. Provavelmente o assunto cedeu lugar a outros que também podem ser apontados como de interesse público. Mas há que se preocupar com o fato de a emissora abordar temas excluídos da imprensa de uma maneira geral também de forma pontual. Abramo (2003) destaca que ao atuar dessa forma, a imprensa provoca a fragmentação da realidade, que é apresentada “pela imprensa ao leitor não como uma realidade, com suas estruturas e interconexões, sua dinâmica e seus movimentos e processos próprios, suas causas, suas condições e suas conseqüências. O todo real é estilhaçado, despedaçado, fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si, despojados de seus vínculos com o geral [...] ou reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não corresponde aos vínculos reais” (ABRAMO, 2003, p.30).

Para não encerrar a conversa...

Quais são os limites e as potencialidades do jornalismo público da UFMG Educativa

considerando-se suas rotinas de produção, suas escolhas editoriais o enquadramento da cobertura, a diversidade de temas e a pluralidade de fontes na produção jornalística diária? Em que medida a opção pelo jornalismo público confere maior aprofundamento e criticismo da produção jornalística e até que ponto ela pode realmente favorecer a revitalização do espaço público favorecendo o exercício da cidadania?

As questões que norteiam este estudo continuam em aberto, principalmente para a equipe de profissionais do Núcleo de Jornalismo da UFMG Educativa que se preparam, com a criação do Grupo de Estudos em Jornalismo Público, para uma pesquisa de observação e sistematização sobre a maneira como um veículo de comunicação radiofônico realiza o jornalismo público e quais os principais pontos que devem ser melhorados e mantidos em relação à cobertura dos temas que fazem parte do escopo desse tipo de jornalismo (temas como saúde, educação, previdência, segurança pública, entre outros).

Façamos das palavras de Silva (2002) a justificativa para esse empreendimento: “Todo esse campo (jornalismo público), portanto, gera diariamente uma grande quantidade de notícias, sendo de se surpreender que o jornalismo público não seja ainda considerado, profissionalmente e academicamente, como um gênero específico e que demande, como os outros, formação técnica adequada e especialização profissional” (Silva, 2002: 12).

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 63 p.
- ARCE, Tacyana. A pauta do dia: informação educacional em jornais brasileiros . 167 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação da UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- BRASIL. *Manual de jornalismo da Radiobrás: produzindo informação objetiva em uma empresa pública de comunicação*. Brasília: Senado Federal, 2006.
- CLARK, Adrian; EKSTEROWICZ, Anthony J.; ROBERTS, Robert. Jornalismo público e conhecimento público. In: TRAQUINA, Nelson. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Relógio d'água, 2000.
- FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e vida social*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- FREIXEDA, Nivaldo (org). *Jornalismo Público – Guia de Princípios*. São Paulo: Fundação Anchieta, 2004.
- HALL, Stuart *et al*. A produção social das notícias: o “mugging” dos media. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993. p. 224-250.
- LIMA, Gerson Moreira. *Releasmania: uma contribuição para o estudo do press-release no Brasil*. São Paulo: Summus, 1985. 114 p.
- SILVA, Luiz Martins da. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. *Imprensa e poder*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- SILVA, Luiz Martins da. Jornalismo público: o social como valor-notícia. In: FRANÇA, Vera; WEBER, Maria Helena (orgs.). Livro da XI Compós 2002. Estudos de Comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- TRAQUINA, Nelson. Jornalismo cívico: reforma ou revolução? In: : FRANÇA, Vera; WEBER, Maria Helena (orgs.), O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Editorial Presença, Lisboa, 1987. 249 p.